



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Ética, Direitos Humanos e Serviço Social

**Sub-eixo: Ética, Direitos Humanos e enfrentamento das expressões cotidianas da alienação e da
barbárie**

BAIXADA FLUMINENSE E SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE CRÍTICA.

TAÍSSA OLIVEIRA DA SILVA¹

FABIANA SCHMIDT²

RESUMO:

O artigo tem como objetivo analisar a Política de Segurança Pública nos municípios da Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro. Compreendendo como a violência está presente no território, e que o direito à segurança é um direito humano. Analisando os atores que disputam a região: Milícia, Tráfico de drogas e Estado, e de que maneira a vida cotidiana dos moradores é afetada por estas disputas.

Palavras-Chaves: Baixada Fluminense. Segurança Pública, Violência, Milícias, Tráfico de Drogas.

ABSTRACT:

The article aims to analyze the Public Security Policy in the municipalities of Baixada Fluminense, in the State of Rio de Janeiro. Understanding how violence is present in the territory, and that the right to security is a human right. Analyzing the actors that dispute the region: Militia, drug trafficking and the State, and how the daily lives of residents are affected by these disputes.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro

² Universidade Federal do Rio de Janeiro

Keywords: Baixada Fluminense. Public Security, Violence, Militias, Drug Trafficking.

I- Introdução

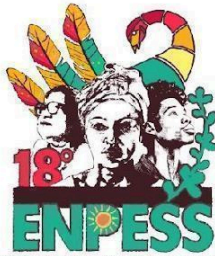
O presente trabalho se dá através do desenvolvimento da pesquisa feita para o trabalho de conclusão de curso em Serviço Social. O estudo se desdobra no interesse em pesquisar e compreender de que maneira a violência, entendida não só como ferramenta para controle das minorias, mas também como uma das expressões da questão social³, e uma violação dos direitos humanos, se faz presente nos municípios da Baixada Fluminense. Desse modo, a investigação, a respeito do tema, se encaminhou para que pudéssemos compreender de que maneira se dava a efetivação da Política de Segurança Pública nesses municípios. Para isso utilizamos a metodologia de Pesquisa Bibliográfica, através de teses, dissertações, artigos, livros, que conversem a respeito do tema. E da pesquisa qualitativa, assim como dados secundários, dos dados do Instituto Segurança Pública (ISP), dos dados do Fogo Cruzado⁴, assim como dos estudos produzidos pelo Fórum Grita Baixada, e do GENI/UFF (Grupo de Estudos de Novos Illegalismos/Universidade Federal Fluminense).

Para a maior compreensão do tema se fez necessário o aprofundamento do estudo na história da Política de Segurança Pública no estado do Rio de Janeiro, pois se entende que as estratégias adotadas para a cidade do Rio de Janeiro refletiam nos municípios da Baixada Fluminense, como exemplo disso temos a implementação das Unidades de Polícias Pacificadoras (UPPS) a partir do ano de 2008, no Morro Santa Marta, na Zona Sul do Rio de Janeiro, anos anteriores a dois eventos mundiais que ocorreriam no Brasil nos anos posteriores, a Copa do mundo, em 2014, e as olimpíadas em 2016. Eventos estes que necessitavam de uma cidade “segura” para a recepção dos turistas no país.

As UPPs, foi um projeto que ambicionava a “pacificação” das comunidades, através da instalação de unidades das polícias no território, para que dessa maneira se pudesse retomar o controle do Estado e a “integração” entre comunidade e a polícia. Além disso, visava a

³ Segundo Netto (2001) a “questão social” é constitutiva do desenvolvimento capitalista, ou seja, conforme aumenta a produção capitalista, aumenta também as expressões da “questão social”, pois uma coisa é ligada a outra

⁴ O Instituto Fogo Cruzado foi criado em 2016, e surgiu com o intuito de monitorar tiroteios e disparos de armas de fogo ocorridos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Hoje, além desses monitoramentos, também há a produção de indicadores de violência armada.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

recuperação dos territórios que estavam sob o controle de grupos ilegais armados, a restauração do monopólio legal e legítimo da força pelo Estado, e com isso a diminuição da criminalidade violenta, principalmente a letal. Bem como, as UPPs tinham como objetivo a recuperação da confiança da população na polícia.

Em uma reportagem feita pelo G1⁵, em novembro de 2010, noticiava que os agentes de segurança entraram nas comunidades do Complexo do Alemão, com o objetivo de pacificar as favelas, às oito horas da manhã, mas que o tiroteio começou às sete de um domingo. Domingo esse que muitos moradores poderiam ter o seu lazer e o descanso, foram acordados ao som de tiros. E o questionamento que fica é, como se contribui com uma cultura de paz na comunidade quando o que deveria ser um dia de descanso se torna um dia de caos e desespero ao som de um tiroteio? Com isso, não se pode deixar o olhar crítico, ao observar para quem, e para que essas pacificações foram feitas, e de fato o que se visava, era a paz das comunidades, para que os moradores daquela comunidade vivessem sem a presença do tráfico de drogas, ou de fato tornar a cidade “segura” para aqueles que passariam só uns dias na cidade?

Além disso, moradores e pesquisadores notaram a migração dos traficantes da cidade do Rio de Janeiro para a Baixada Fluminense. Miagusko em seu artigo “Esperando a UPP: Circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense”, de 2016, vai analisar como a morte de seis jovens no bairro da Chatuba, em Mesquita, na baixada fluminense, poderia ter relação com as recentes instalações das UPPs na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o autor, o governo interpretou que a causa da Chacina eram a fuga de traficantes das comunidades pacificadas que migraram para a Baixada Fluminense na busca por novos territórios e manutenção do poder. E apesar da repercussão da chacina que ocorreu, e com a possível consequência da pacificação no Rio, o estado, naquele momento, não instalou uma Unidade de Polícia Pacificadora na região, levando-nos a pensar que naquele momento a retomada do controle do território para o Estado não foi vista como importante, assim, a primeira UPP na Baixada Fluminense só ocorreu em 2014, em Duque de Caxias.

Além disso, em um relatório produzido pelo GENI/UFF (Grupo de Estudos de Novos Illegalismos da Universidade Federal Fluminense) (2022), nos anos entre 2006/2008 e 2014/2016 houve uma expansão dos comandos do tráfico, principalmente do Comando Vermelho. E,

5

<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-contr-a-o-crime/noticia/2010/11/ocupacao-das-favelas-do-alemao.html>
Consultado em: 04 nov. 2023

segundo o relatório, isso se dará juntamente com a instalação das UPPs na cidade do Rio de Janeiro.

Com isso, é preciso salientar que as políticas de segurança pública que só visam os territórios centrais, sem pensar no seu arredores, impõe consequências para os bairros periféricos. Assim como, o Programa das Unidades de Polícias Pacificadoras, acabou por aumentar a violência na Baixada Fluminense, pois grupos de traficantes migraram para este território.

É preciso ficar claro, que apesar da migração dos traficantes para a Baixada, em certas regiões do território já havia a presença do tráfico de drogas, mas de uma maneira “desorganizada”, que eram controlados por jovens, que se interessavam pela exibição dos armamentos, e mulheres nos bailes funks (Fórum Grita Baixada, 2016, p.36). Assim, já havia a presença de facções criminosas na Baixada Fluminense, mesmo que em menor escala se comparado a cidade do Rio de Janeiro. Com a implementação das UPPs, os traficantes que eram procurados migraram para a Baixada, pois enxergavam a possibilidade de reorganizar o crime, e uma forma de continuidade ao esquema (Fórum Grita Baixada, 2016, p.38). Com isso, como já foi dito, houve o aumento da violência nesta localidade.

Ademais, compreendemos que a segurança é um direito de todos e que cabe ao Estado garantir que não haja violação desse direito para a população das cidades periféricas. Compreendendo que a garantia a segurança por parte do Estado não deverá ser através da violência e uso autoritário da força por parte de agentes policiais, pois a partir disso há uma violação ao direito humano, o que podemos perceber durante as inúmeras operações que ocorrem por um todo no Estado do Rio de Janeiro.

Baixada Fluminense: História e território.

A Baixada Fluminense também pode ser reconhecida por outras nomenclaturas, como Recôncavo da Guanabara, Periferia, Grande Iguassu e Região Metropolitana, e para Silva (2013) ao escolher um desses conceitos significa filiar-se a um conjunto de referências e sentidos. Pois cada nome dado é acompanhado de um conceito. Para alguns autores utilizar-se do termo “baixada”, por exemplo, é colocar esta região como abaixo de outros territórios, Silva (2013) vai dizer que:

Recôncavo está associado ao fato geográfico/social cujo eixo é a própria a Baía, enquanto a Baixada Fluminense ao olhar político ligado aos usos sociais da região. A noção de

Baixada da Guanabara configura-se em uma tentativa de manter uma unicidade sem hierarquização entre a Cidade e seu Entorno, posto que o conceito Baixada Fluminense carrega consigo a noção de posição de subalternidade. (p.52)

Então, a nomenclatura dada a esse território também trará consigo significados a respeito dessa região, e a maneira como ele será visto na sociedade. A Baixada Fluminense acaba por ser vista como um território abandonado, violento, perigoso, atrasado, e abaixo dos municípios da cidade do Rio de Janeiro. E isso se dá também pela maneira em que o Estado trata este território, quando pensamos nos repasses orçamentários⁶ feitos, em relação à educação, saúde, saneamento básico.

Mas afinal, o que é a Baixada Fluminense? A Baixada está localizada no Estado do Rio de Janeiro, era demarcada entre o litoral e a Serra do Mar (Willeman, 2013, Alves, 2003), composta por planícies baixas, uma área facilmente alagadiça, composta por várias bacias e regiões pantanosas. Existe também a definição de Baixada a partir do conceito de Baixada ou Recôncavo da Guanabara, que delimita a região a partir do entorno da Baía de Guanabara, indo da Cachoeira de Macacu a Itaguaí (Alves, 2003). A Baixada Fluminense faz parte da RMRJ (Região Metropolitana do Rio de Janeiro) e para Albuquerque (2021) faz parte da região periférica da região metropolitana.

Desse modo, entendemos que entre os estudiosos a respeito dos municípios pertencentes à Baixada não há um consenso. Para esta pesquisa definiremos a partir da análise dos municípios que se parecem culturalmente, economicamente e socialmente. Por isso, os municípios que compreendemos como Baixada são: Mesquita, Nilópolis, Queimados, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Japeri e Belford Roxo, municípios estes que pertenciam ao município de Nova Iguaçu, antes de se emanciparem e por isso podemos compreender que as suas histórias socioeconômicas estão entrelaçadas.

Para compreender a dinâmica de violência na Baixada Fluminense se faz necessário voltar tanto a época do império, como também os anos de Regime Militar, pois a violência neste território está entrelaçada à maneira que se faz política na Baixada Fluminense. No período do império os senhores de engenhos se estabeleceram como forças políticas e de poder. Alves (2003) vai dizer que com a criação da vila, os grandes proprietários passaram a interferir diretamente na escolha

⁶ Segundo uma reportagem feita pelo G1, em relação aos repasses da saúde, o Estado do Rio de Janeiro foi o Estado que menos investiu com recursos próprios, investindo apenas o mínimo necessário, além disso, na Baixada Fluminense houve atrasos, e até mesmo, o não repasse do dinheiro no ano de 2023.
<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/07/10/rj-e-o-estado-que-menos-investe-recursos-proprios-em-saude-segundo-dados-do-governo-federal.ghtml>.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

dos administradores, na organização das câmaras municipais, na concessão de títulos de nobreza, e na influência dos postos políticos. Além disso, é também nesse período que há a ocorrência da corrupção e da fraude na política da Baixada.

Ela começava nas quantias pagas como honorários aos empregados da câmara, que já no primeiro ano estourava a receita orçamentária prevista e passava pela escrituração ou balancete da câmara, que, conforme o relatório do seu presidente, em 1900 era feito de forma obscura e cheia de enigmas, com verbas, contas e parcelas imprecisas, somas e transportes errados, com documentos comprobatórios e recibos ilegais e sem valor jurídico, além da prática da queima das guias de enterramento, que impedia qualquer apuração precisa. (Alves, 2003, p.35)

Havia também, neste período, formas de corrupção durante o processo eleitoral. Eram utilizados cidadãos analfabetos, presos e mortos, para a escolha dos candidatos que participaram das combinações e subornos das oligarquias, onipotentes dos redutos eleitorais (Alves, 2003). Mas o autor vai salientar que, apesar desse funcionamento da política, havia rachaduras na estrutura de poder. Pois havia instabilidades e fragilidades nos acordos feitos, e é neste momento em que a violência entra de forma definitiva no fazer política da Baixada Fluminense.

Durante a Revolução de 1930 e a era Vargas, houve mudanças no cenário político da Baixada Fluminense, não pelo rompimento do colonialismo existente no território, mas porque passa a estabelecer uma relação com as massas urbanas, o que vai transformar a Baixada, segundo Alves (2003), num paraíso político. Alves (2003) vai salientar que com o voto universal, vai se impor a reciprocidade do coronelismo:

De um lado, os chefes locais que conduzem as tropas de eleitores; do outro, a situação política dominante no estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores, da força policial, enfim, dos recursos que garantem a perpetuação do poder local. (p.79)

Desse modo, fica evidente que o fazer política na Baixada Fluminense, apesar de ganhar novas dimensões, permanece com práticas como o assistencialismo e o clientelismo, se utilizando não só do poder e da violência para se manter presente, mas também da barganha.

É no período da Ditadura Civil-Militar no Brasil que se inaugurou na Baixada Fluminense um novo momento em relação à prática da coerção física, inaugurando, segundo Albuquerque (2020) uma fase da violência como questão ideológica, junto com as disputas territoriais. Segundo o autor, eles estavam ancorados no lema "bandido bom é bandido morto", onde durante este período, os grupos de extermínio torturavam e matavam os que roubavam, enquanto isso, os militares torturavam e matavam os que discordavam do regime militar posto. Porém o autor salienta que, apesar dos grupos paramilitares manterem ligações com os líderes do regime militar,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

os grupos de extermínio já atuavam antes do início do regime de exceção. E que este grupo tem relação direta com a configuração socioeconômica do território.

Segundo Alves (2003) ao chegar ao fim da ditadura, foi radicalizada algumas das principais práticas feitas durante o regime, o terrorismo e a ilegalidade. Segundo o autor, nessa transição o que ficou em jogo para os militares não era a perpetuação da tutela, mas a continuidade dos mecanismos montados. Durante os anos 90, a Baixada convivia com os diferentes projetos políticos, que se aproximavam tanto pelo clientelismo, como pelas formas ilegais de ação. Desse modo, esteve presente não só as velhas formas de fazer política, como se reestruturaram novas, como a perpetuação de famílias no meio político, e também a presença da violência, sempre presente na história da Baixada Fluminense. Albuquerque (2021) vai dividir a violência no território da Baixada em três fases. Na primeira fase a violência tinha relação com as questões latifundiárias, que visavam a ampliação da propriedade privada. A segunda fase é marcada pela violência como uma ferramenta político-territorial, que demarcou a Baixada como território de grupos paramilitares. E na terceira é a violência como ferramenta sociopolítica, onde os agentes executores da violência sofisticaram suas atuações, e passaram a compor os poderes legislativos e executivos. O autor salienta que ocorreu na baixada a “politização” da violência, onde os mecanismos de repressão foram transformados em instrumentos políticos.

Estado, Milícia e Tráfico de Drogas: Uma busca pelo domínio do território

No Estado do Rio de Janeiro está em um jogo de muitas disputas pelo território, onde o Estado, a milícia e o tráfico, querem impor o seu domínio, desse modo, a Baixada Fluminense não ficaria ileso também dessa disputa territorial. Em uma breve busca pelas manchetes de jornais se pode encontrar notícias onde o Estado, a milícia e o tráfico de drogas disputam para estabelecer o seu poder neste pedaço de terra.

Em março de 2019 uma criança de 12 anos foi morta após ser baleada em um confronto entre a polícia militar e traficantes no bairro da Chatuba, Mesquita.⁷ Em setembro de 2023 houve um confronto entre milícias e traficantes, na disputa do território no bairros de Jaqueira e Pantanal,

7

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/17/adolescente-morre-apos-ser-baleado-no-pescoco-e-abdomen-na-baixada-fluminense.ghtml> Consultado em: 05 nov. 2023



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

em Duque de Caxias⁸. “Como é que a gente sai de madrugada, desse jeito, para ir trabalhar? Não tem condição”, essa foi a fala de uma moradora para uma reportagem do G1⁹ sobre um confronto entre traficantes e milicianos, que aconteceu em junho de 2023, no município de Queimados. Essas são uma das matérias que se pode encontrar a respeito das disputas que ocorrem no território, vale salientar que a violência na Baixada é histórica, com a participação desses diferentes atores. Seja na maneira em que era feita a política, seja pela presença dos grupos de extermínio, e até mesmo do tráfico de drogas. A violência é intrínseca à história desse território.

Durante as décadas de 1970 e 1980 foram formados na Baixada grupos de extermínios, formados por paramilitares. Segundo Alves (2008) foi durante os anos de 1990 que os membros desses grupos de extermínio ascenderam ao poder na Baixada ao se tornarem vereadores, prefeitos e deputados, enquanto o Rio de Janeiro assistiu o surgimento e a expansão do tráfico de drogas nas favelas e periferia da cidade. Porém, isto não quer dizer que o tráfico de drogas não se fazia presente no território, mas que ocorriam de uma maneira menos expressiva se comparada a cidade do Rio de Janeiro.

Atualmente a Baixada Fluminense continua a sofrer com a violência exercida pelo tráfico de drogas, e milícias, que entram em disputa pelo domínio dos territórios. Além do Estado, cuja as operações para reaver o controle e a posse acaba por fazer operações violentas, onde os maiores prejudicados acabam sendo os moradores dessas localidades que vivem no meio de uma “guerra”. E o presente artigo vem para justamente compreender como a vida cotidiana dos moradores é atingida pela disputa que ocorre na região da Baixada Fluminense, e para entender esta dinâmica se faz necessário conhecer os atores presentes neste conflito.

Segundo Cano (2008), antes as milícias eram denominadas de outra maneira, podendo ser conhecidas como “polícia mineira”, ou até mesmo “grupo de extermínio”. Porém estes termos eram vistos de maneira negativa, e para o autor, os criadores e/ou difusores da palavra milícia tinham a intenção de re-legitimar o velho cenário. Desse modo, o termo milícia acaba por ser uma palavra mais neutra, e até mesmo, mais “positiva”, no olhar da população. Segundo o autor, o termo milícia é um mito libertador, que seria os policiais, de maneira privada, encontraram “meios de vencer” a guerra contra o crime, e reconquistar o território que o estado perdeu. A milícia, de

8

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/09/28/confronto-e-onibus-sao-incendiados-em-duque-de-caxias.ghtml> Consultado em: 05 nov. 2023

9

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/06/13/moradores-de-queimados-sofrem-com-tiroteios-e-confrontos-entre-criminosos-onibus-foi-atingido-por-disparo.ghtml> Consultado em: 05 nov. 2023



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

primeiro momento, era formada por policiais e outros agentes do Estado, moradores dessas áreas, que fomentaram a ideia de proteção e defesa dos moradores, diante do poderio do tráfico de drogas.

E apesar de, em um primeiro momento, a milícia se apresentar apenas como agentes do Estado preocupados com a segurança de seus bairros, ela passa a agir de maneira arbitrária, como “impondo regras”, cobrando taxas dos comerciantes locais, e controlando transportes alternativos, como vans, por exemplo. Além de obrigar os moradores a consumir internet, tvs a cabo, gás, de seus comércios próprios. Misse (2011) vai dizer que os crimes comuns praticados por milicianos vão incluir o homicídio, a agressão física e a venda de mercadorias ilícitas. E na Baixada Fluminense passam a disputar o território com o tráfico de drogas.

A compra e a venda de drogas existe no Brasil há muitos anos. Porém a maneira que passou a ser organizada mudou após a ditadura civil-militar. Pois as principais organizações do tráfico de drogas que conhecemos hoje surgiram dentro das penitenciárias durante a ditadura. Neste período, os presos políticos ficaram presos junto aos presos comuns após o sancionamento da Lei de Segurança Nacional em 1969.

Nesse período, os presos políticos organizaram-se dentro das penitenciárias do Rio de Janeiro para reivindicar alguns direitos que lhes estavam sendo negados. A relativa vitória em suas reivindicações, na primeira metade dos anos 1970, criou um efeito de demonstração para os assaltantes de banco comuns, chamados entre os criminosos em geral pela alcunha de “os lei de segurança”. Eles também resolveram organizar-se para reivindicar direitos e impor seu domínio dentro do sistema penitenciário. Por isso, e pelo fato de alguns de seus líderes considerarem-se também de esquerda (embora não reconhecidos assim pelos presos políticos), passaram a designar-se primeiramente como “Falange Vermelha” e, depois, pela imprensa, como “Comando Vermelho” (CV), o nome que finalmente prevaleceu. (Misse, 2011, p.18)

Misse (2011) vai dizer que ao longo dos anos a cocaína vai ter queda no preço por conta da entrada da Colômbia na produção, e a partir disso os membros do Comando Vermelho (CV) tomaram os pontos das vendas de cannabis e passaram a ser fortalecidos com as vendas de cocaína. Nos anos de 1982 e 1985 o CV irá consolidar o modelo de organização que é interligada em uma rede de quadrilhas. Em cada área dominada pelo CV havia uma organização hierárquica cuja divisão se dava com os “donos” dos morros, que comandava as favelas, os gerentes, os “vapores”, que vendiam as mercadorias, os “aviões” e os “soldados”.

A partir dos anos de 1980 vai surgir outras facções criminosas para disputar o território junto com o Comando Vermelho, como o Terceiro Comando (TC), com uma forte disputa armamentista (Misse, 2011,p.19).

Como já foi dito anteriormente neste artigo, as instalações das UPPs na cidade do Rio de Janeiro fizeram com que houvesse uma migração dos traficantes de drogas para a Baixada Fluminense. Em um relatório produzido pelo GENI/UFF observou a tendência de crescimento do CV entre 2014 e 2016 na Baixada Fluminense. Dessa maneira, foi demonstrado que as UPPs não foram bem sucedidas, entendendo que ela não acabou com o tráfico de drogas, só fez com que houvesse uma migração dos traficantes. Além disso, foi percebido pelo relatório o crescimento de outra facção no território da Baixada Fluminense, o TCP (Terceiro Comando Puro). O seu crescimento se deu entre os anos 2015/2017. Uma outra tendência foi o fato do crescimento do TCP foi acompanhado pela explosão das áreas sob o controle das milícias. O relatório destaca o crescimento das milícias em três picos: 2008/2010, 2013/2015 e 2017/2019. Além disso, a milícia teve seu crescimento na Baixada entre o triênio de 2016/2018, sendo assim a Baixada Fluminense foi a sub-região pertencente a Região Metropolitana onde a milícia mais cresceu.

Abrimos este subtópico com notícias de confrontos tanto entre a polícia e facções, como entre facções e milícias. E com os dados do GENI/UFF aqui expostos, podemos perceber que o território da Baixada Fluminense vem sofrendo disputas pelo controle da localidade, onde os residentes são os que mais são prejudicados, pois vivem no meio das constantes trocas de tiros.

Mas cabe pensar também qual o papel que o estado exerce nesta disputa pelo território. É preciso compreender que a Política de Segurança Pública precisa ser feita de modo eficaz, em conjunto com outras políticas, não só focalizando o combate à criminalidade nas intervenções policiais, mas também a parte social, com investimento na educação, saúde, cultura e lazer. Porém, não é com frequência que isso ocorre. Além disso, a instituição policial também está permeada de corrupção, onde a polícia, e não só ela, se corrompe a aceitar propina para “fechar” os olhos diante da criminalidade crescente.

Além disso, a polícia do Rio de Janeiro em suas operações policiais, tende a agir de maneira coerciva, violenta e repressiva. Essa questão fica evidente quando observamos os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), por intervenção de agente do estado na Baixada Fluminense nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022.

Gráfico 1: Morte por intervenção de agente do Estado.

	2019	2020	2021	2022
Morte por intervenção de agente do estado	528	404	440	476

Fonte: Elaboração própria com base no ISP.

Observamos que houve uma diminuição se comparado com 2019, mas que voltou a crescer em 2021. Apesar da segurança pública estar pautada na defesa e proteção dos direitos humanos, ao pensarmos nos dados referentes à morte por intervenção de agentes do estado podemos compreender como a violência é presente no território. Hirata; Grillo; Dirk (2021, p.69) vão dizer que o Brasil é um país violento, e que o Rio de Janeiro além de ser muito violento, vai se caracterizar por uma violência impulsionada pelos policiais e pela violência do Estado.

Para além disso, é preciso compreender qual o perfil dos vitimados pela morte por agentes do estado na Baixada Fluminense, para entendermos não só o perfil dos mesmos, mas também a quem é direcionado a violência policial. Para isso, através dos dados do ISP, elaboramos a somatória dos números dos municípios da Baixada, nos anos de 2019 a 2022, com o perfil de raça, pois compreendemos que existe uma seletividade racial, quando se trata a quem a violência é direcionada.

Gráfico 2: Perfil de Raça dos vitimados por intervenção de agentes do estado.

	2019	2020	2021	2022
Parda	269	162	196	217
Preta	93	97	109	111
Branca	35	35	34	25
Sem identificação	63	50	43	47

Fonte: Elaboração própria com base no ISP.

O IBGE conceitua negros no Brasil com a soma dos números de pretos e pardos, neste trabalho seguiremos o mesmo conceito. Com isso, conseguimos compreender, baseado nos números expostos acima, que a polícia na Baixada Fluminense, mata mais negros do que brancos. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 vai dizer que

Jovens negros, majoritariamente pobres e residentes das periferias seguem sendo alvo preferencial da letalidade policial e, em resposta a sua vulnerabilidade, diversos estados seguem investindo no legado de modelos de policiamento que os tornam menos seguros e capazes de acessar os direitos civis fundamentais à não-discriminação e à vida. (p.66)

No relatório feito pelo Fórum Grita Baixada vai dizer que quanto mais negra é a pele, mais bárbaro é o motivo e mais esquartejado é o corpo. Pois como diz a canção da Elza Soares “A



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

carne mais barata do mercado é a carne negra”. Em uma sociedade, cujo os valores estão enraizados no racismo estrutural, e suas bases vieram da escravização desses corpos, para o Estado, não tem valor.

É válido salientar que o Estado não está ausente do território da Baixada, na realidade, a sua presença se faz através da violência, da repreensão, do não direito, do não investimento nas áreas que carecem no território, como a educação, a saúde, o lazer e o saneamento básico. E que isso são escolhas políticas, que favorecem a manutenção do capital. Capital este que enxerga os moradores da Baixada Fluminense apenas como força de trabalho, e com isso, a educação, o lazer, a saúde, a cultura não deve ser incentivada, e nem promovida no território.

Considerações Finais

Em julho de 2024 isso não mudou. A violência ainda é o meio utilizado pelo Estado para se fazer Segurança Pública. No dia 28 de julho, durante uma festa promovida pelos moradores do bairro da Chatuba no município de Mesquita é interrompida quando, segundo os policiais, durante o patrulhamento na região eles foram atacados por tiros pelos traficantes, onde duas pessoas foram mortas e um ferido, segundo os agentes, se tratavam de traficantes, fato contestado pelo moradores.

Após esse acontecimento houve revolta por parte dos moradores que atearam fogo em pneus nas principais vias da comunidade, fazendo com que houvesse um reforço do policiamento no local. Um dia após o ocorrido foi visto por toda a comunidade os rastros da revolta dos moradores, mas não só isso, também vimos a ação da polícia que ficou na região por mais uns dias, tirando as barricadas postas pelos traficantes pelo território e que após a saída dos policiais foram recolocadas. O questionamento que fica é: O que acontece após esses acontecimentos? Como os moradores são atingidos após operações policiais? Qual o sentimento que fica? Pelo o ocorrido na Chatuba, podemos perceber a revolta, mas e o legado positivo? Não é visto.

Quando o policiamento intensivo acaba, os moradores voltam a enfrentar a presença dos criminosos em sua comunidade, e mais que isso, voltam a receber do Estado a única maneira que se faz Segurança Pública: na ausência e na violência. Ausência por parte da falta de investimento em políticas públicas como educação, saúde, lazer, cultura, mas presente na violência exercida pelo estado em nossas comunidades, através de operações repressivas e de extrema violência. Abrindo, assim, espaço para demais atores, como o tráfico de drogas e das milícias. A polícia atua



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

nesse espaço de maneira violenta, mas o Estado não atua de maneira efetiva para de fato coibir a presença do tráfico e da milícia, e é necessário deixar posto que isso é uma escolha política.

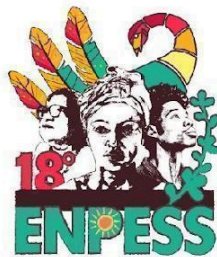
Entendendo que a Baixada está em disputas por partes distintas, mas iguais. Distintas pois tem motivos diferentes para dominar o território. A polícia está em busca do retorno do espaço para o Estado, o tráfico de drogas quer continuar a comercialização das drogas no território, e a milícia com a venda superfaturadas de alguns produtos, e a cobrança dos comerciantes por uma falsa sensação de segurança, mas são iguais pois as três partes usam da violência para dominar. A milícia sempre esteve presente nesta região, porém através de outras configurações, e termos, como os grupos de extermínio. Nos últimos anos as milícias passaram a ser mais fortalecidas neste território, disputando áreas com o tráfico de drogas.

Com isso, percebemos que os residentes passaram a sofrer com as disputas que ocorrem entre Estado, tráfico e milícias. Com os impactos em suas rotinas quando ocorrem os tiroteios entre os atores que fazem parte desses conflitos. Assim, a Baixada passa a ser invisível quando se pensa no combate efetivo da criminalidade. Passando a sofrer não só com as ausências de políticas, mas também com a ausência de segurança.

Assim, não é há de fato uma segurança na Baixada Fluminense, as operações realizadas pelo estado não coíbe de fato, e com isso não há diminuição nas inúmeras formas de violência que os moradores sofrem, não há como consequência a colheita de bons frutos, na realidade, da maneira que é feita as operações policiais, faz com que se aumente o medo, o sentimento de injustiça, quando há morte de inocentes, incertezas, e sobretudo, a insegurança. As ações policiais do modo que é feito não gera retorno positivos, pois não vem consigo outras políticas necessárias para de fato “retomar” o território perdido, como o investimento em educação, saúde, lazer, esportes e as demais políticas importantes.

Nesta pesquisa não se pode aprofundar todas as consequências vividas pelos moradores após as operações policiais, se entendendo que é um tema ainda complexo e não tão explorado. Porém, é um tema que merece a devida atenção por parte do Serviço Social, pois estes moradores que também serão atendidos pelos Assistentes Sociais em nossas inúmeras áreas de trabalho, seja na assistência, seja no sociojurídico, e demais áreas. Desse modo é necessário compreender os dilemas que perpassam a vida dos mesmos, para que desse modo se possa ter de fato um olhar crítico sobre as demandas levadas pelos usuários.

Com isso, entendendo que é um tema complexo, compreendemos que não é possível esgotar todas as problemáticas cujo tema traz consigo, com isso, pretendemos aprofundar tal



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

temática em estudos posteriores. Mas buscamos compreender como a violência vai afetar a vida dos moradores dessa localidade. Percebendo a necessidade de criar políticas, tanto de Segurança Pública, quanto políticas sociais que atendam as demandas dos residentes da Baixada Fluminense. Portanto, é preciso ter um olhar mais atento para a Baixada Fluminense, em que o Estado não atue somente através da coerção, truculência e violência neste território, mas passe a atuar mais efetivamente nas políticas públicas de saúde, educação, cultura e lazer.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília (DF), n.3, p. 41-49, 2001.

GENI/UFF. Grupo de Estudos de Novos Ilegalismos/Universidade Federal Fluminense. **Mapa histórico dos grupos armados do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: GENI/UFF, 2022.

MIAGUSKO, Edson. Esperando a UPP: circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense. **RBCS**. vol.31 n. 91, jun 2016.

FÓRUM GRITA BAIXADA. **Um Brasil dentro do Brasil pede socorro**: Relatório-denúncia sobre o descaso estatal para com a vida humana na Baixada Fluminense e possíveis soluções urgentes. ed. 2. Rio de Janeiro: Fórum Grita Baixada, 2016.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: leitura de um território pela história. **Recôncavo**. n. 5, jul/dez. 2013

WILLEMANN, Estela Martini. Violência, clientelismo e mandonismo de longa duração: traços da formação sócio-histórica e geopolítica da Baixada Fluminense como território periférico. **Recôncavo**. n.4 jan/jul. 2013.

ALVES, José Claudio Souza. **Dos barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias. APPH, CLIO. 2003

ALBUQUERQUE, E. A. A. A. Baixada Fluminense, uma periferia por excelência. **Geografia**, Londrina- PR, v.30, n.1, p.63-83, jan. 2021.

ALBUQUERQUE, Enderson. A promessa e a ameaça- o funcionamento da violência como ferramenta política na Baixada Fluminense. **GEOgrafia**. Niterói- RJ, vol. 22, n.48, 2020.

ALVES, José Cláudio Souza. Milícias: mudanças na economia política do crime no Rio de Janeiro. In: Justiça Global (Org). **Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll. 2008.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CANO, Ignacio. Seis por meia dúzia: um estudo exploratório do fenômeno das chamadas "milícias" no Rio de Janeiro. In: Justiça Global (Org). **Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll. 2008.

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Rev. Sociol. Polít.** Curitiba, v.19, n. 40, p.13-25. out. 2011

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA-ISP. **Grupos Vulneráveis**. Rio de Janeiro- RJ.
Disponível em: <https://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/grupos.html>. Acesso em: 07 nov. 2023